

Setor público paga R\$ 84,6 bi de juros no semestre

divida pública
Mônica Izaguirre
de Brasília

O setor público brasileiro conseguiu cumprir com alguma folga a meta fiscal acertada pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o primeiro semestre. O resultado primário das contas públicas, que deixa de fora gastos com juros e outros encargos de dívida, foi superavitário em R\$ 13,920 bilhões. A meta exigia um superávit de no mínimo R\$ 12,883 bilhões.

Por outro lado, por causa da desvalorização cambial e dos juros altos, o resultado global das contas (chamado de resultado nominal) foi deficitário em R\$ 70,993 bilhões no mesmo período. Isso é mais que o dobro do verificado em igual período de 1998, quando o déficit público nominal chegou a R\$ 32,603 bilhões a preços correntes. Corrigido pela inflação, o déficit nominal do primeiro semestre de 1999 chegou a R\$ 75,153 bilhões ou 15,5% do Produto Interno Bruto (PIB), ante R\$ 32,719 bilhões (7,28% do PIB) de igual período de 1998.

Os juros altos e o aumento do dólar perante o real custaram aos cofres públicos nada menos que R\$ 84,616 bilhões em encargos financeiros no semestre. Concentrado em maior parte na União, esse foi o volume de despesas com juros e correção incidentes sobre a dívida pública no período, cuja magnitude decorre das políticas cambial e monetária do atual governo.

Embora significativo, todo o esforço de geração de superávit primário cobriu apenas 16% das despesas financeiras. Ou seja, o sacrifício imposto à sociedade pela cobrança de uma carga tributária maior e pelo corte nos investimentos serviu para pagar apenas uma parcela inferior a um sexto das despesas com juros e correção cambial sobre a dívida.

Para se ter um parâmetro de com-

Necessidades de financiamento do setor público						
Com desvalorização cambial, em % do PIB						
Discriminação	Correntes			Valorizados		
	1998*		1999*	1998*		
	Jan-Jun	Ano	Jan-Jun	Jan-Jun	Ano	Jan-Jun
Nominal	7,28	8,03	14,92	7,28	8,03	15,50
Governo central	4,83	5,69	11,86	4,82	5,69	12,43
Governo federal e Banco Central do Brasil ^{1/}	4,71	5,47	11,60	4,71	5,47	12,15
Empresas estatais federais	0,11	0,21	0,27	0,11	0,21	0,27
Governos regionais	2,45	2,34	3,06	2,45	2,34	3,07
Governos estaduais	2,00	1,82	2,32	2,00	1,82	2,34
Governos municipais	0,08	0,22	0,34	0,08	0,22	0,34
Empresas estatais estaduais	0,33	0,24	0,32	0,33	0,25	0,32
Empresas estatais municipais	0,05	0,05	0,08	0,05	0,05	0,08
Juros nominais	7,42	8,04	17,79	7,42	8,04	18,37
Governo central	5,13	6,00	14,37	5,13	6,00	14,93
Governo federal e Banco Central do Brasil ^{1/}	5,20	6,03	14,23	5,20	6,03	14,79
Empresas estatais federais	-0,07	-0,03	0,14	-0,07	-0,03	0,14
Governos regionais	2,29	2,04	3,42	2,29	2,04	3,44
Governos estaduais	1,71	1,40	2,51	1,72	1,41	2,53
Governos municipais	0,39	0,44	0,56	0,39	0,44	0,56
Empresas estatais estaduais	0,17	0,18	0,32	0,17	0,18	0,33
Empresas estatais municipais	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02	0,02
Primário	-0,14	-0,01	-2,86	-0,14	-0,01	-2,87
Governo central	-0,30	-0,31	-2,51	-0,31	-0,31	-2,51
Governo federal e Banco Central do Brasil	-0,88	-1,35	-3,41	-0,89	-1,35	-3,41
INSS	0,40	0,79	0,77	0,40	0,79	0,78
Empresas estatais federais	0,18	0,25	0,13	0,18	0,25	0,13
Governos regionais	0,16	0,30	-0,35	0,16	0,30	-0,37
Governos estaduais	0,28	0,41	-0,20	0,28	0,41	-0,19
Governos municipais	-0,31	-0,22	-0,22	-0,31	-0,22	-0,22
Empresas estatais estaduais	0,16	0,07	0,00	0,16	0,07	-0,01
Empresas estatais municipais	0,03	0,04	0,06	0,03	0,04	0,06

Fonte: Banco Central 1/ Inclui o INSS * Dados preliminares + Déficit - Superávit

paração do que significam, as despesas com juros e correção da dívida pública verificadas no primeiro semestre equivalem a mais que o triplo do que o governo federal pagou em benefícios da Previdência Social

no mesmo período (R\$ 26,060 bilhões). Do total de R\$ 84,616 bilhões de despesas financeiras, R\$ 67,705 bilhões são do governo federal (exclusive estatais).

Além da dívida federal ser histo-

ricamente maior, as despesas financeiras do governo federal foram maiores que a dos estados, municípios e empresas estatais porque, antes da desvalorização, BC e Tesouro emitiram muitos títulos com corre-

ção cambial, para atender a demanda, sobretudo dos bancos, por proteção contra desvalorizações.

O valor de R\$ 84,616 bilhões apurado pelo Banco Central em relação a despesas com correção da dívida pública deixa de fora o impacto da desvalorização cambial no saldo em reais da dívida externa. Leva em conta apenas o impacto sobre a dívida interna atrelada ao câmbio. Esse impacto sobre os papéis cambiais da dívida interna foi de R\$ 39,303 bilhões, de acordo com os cálculos do Departamento Econômico do BC. O resto dos R\$ 84,616 bilhões refere-se a juros e outras formas de remuneração dos títulos da dívida interna.

Apesar da magnitude do custo da desvalorização e dos juros, graças ao superávit primário, a dívida líquida do setor público terminou o semestre abaixo do teto previsto no acordo com o FMI. A meta estabelecida no acordo era um teto equivalente a 51,7% do PIB. O saldo da dívida líquida chegou ao final de junho em R\$ 491,064 bilhões, o correspondente a 49,8% do PIB. Em relação a maio, a dívida cresceu, pois era de R\$ 483,168 bilhões.

O cumprimento da principal meta fiscal acertada com o FMI exige que o setor público brasileiro consiga fazer um superávit primário de no mínimo R\$ 30 bilhões no acumulado do ano inteiro de 1999.

O governo central foi o grande responsável pelo superávit primário, apesar de as estatísticas do BC apontarem um déficit primário de R\$ 640 milhões nas estatais federais. Mas os governos regionais e suas estatais também foram superavitários em R\$ 1,77 bilhão. O desempenho é fruto das restrições que o BC adotou ao endividamento do setor público e dos ajustes embutidos nos contratos de refinanciamento de dívida estadual e municipal.